



Oliveira do Bairro câmara municipal

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
PRIVADA DA CÂMARA MUNICIPAL DE
OLIVEIRA DO BAIRRO, REALIZADA NO DIA
07 DE NOVEMBRO DE 2019**

Aos sete dias do mês de novembro de dois mil e dezanove, nesta Cidade de Oliveira do Bairro, na Sala de Reuniões de Câmara Municipal, sita nos Paços do Município, realizou-se pelas catorze horas e trinta minutos, sob a Presidência do Vice-Presidente da Câmara, Jorge Ferreira Pato e com a participação dos Vereadores Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, António Augusto Marques Mota, Maria Helena Simões da Rocha Soares e Rui Jorge Marques Santos, a reunião extraordinária privada da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, ao abrigo do disposto no art.º 41.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

.....
Não esteve presente o Presidente da Câmara, estando o mesmo ausente do País.

A falta foi considerada justificada.

Não esteve presente o Vereador Álvaro Miguel Ferreira Ferreira, tendo o mesmo comunicado a sua ausência e apresentado a respetiva justificação.

A falta foi considerada justificada.

O Vereador Álvaro Ferreira, requereu a correspondente substituição ao abrigo do disposto do n.º 1 e n.º 2 do art.º 78.º, conjugados com o n.º 1 do art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação.

Nos termos e ao abrigo do disposto no art.º 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, compareceu Maria Helena Simões da Rocha Soares.

Tendo sido verificada a respetiva identidade e legitimidade, passou a mesma a participar na presente reunião.

.....
Pelo Vice-Presidente da Câmara foi declarada aberta a reunião, tendo-se procedido à apreciação dos assuntos constantes da respetiva Ordem de Trabalhos, antecipadamente entregue a todos os Vereadores.

.....
PONTO 1 - INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 111 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – 2ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO / 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e os Vereadores António Mota e Rui Santos.



Oliveira do Bairro câmara municipal

O **Vice-Presidente da Câmara**, deu nota que a presente revisão ao orçamento se tratava de um ajustamento da despesa essencialmente de investimento, que sucede a uma primeira revisão que tinha sido feita em alta por força da inclusão do saldo de gerência e de um crédito bancário. Acrescentou que havia obras que ainda não estavam na plenitude da sua execução, nomeadamente zonas industriais, quartel da GNR e outras obras na rede viária, sendo por isso feito o natural ajustamento, para que em nome do bom rigor e da transparência se feche o ano tão real quanto possível.

O **Vereador António Mota**, disse ter tido algumas dificuldades em analisar o documento, porque na sua opinião e de acordo com a lei deveriam ser juntos alguns documentos de suporte, a que a lei obriga que sejam apresentados, de forma a poderem ser feitas algumas comparações, tirar algumas elações.

Afirmou que a falta desses documentos, era quase suficiente para que a votação do documento não seja a esperada.

Questionou o Vice-Presidente se efetivamente faltavam alguns elementos no dossier, para cumprimento da lei, que fala do equilíbrio financeiro na elaboração dos documentos.

Referiu que, do que se recordava, era a primeira vez que era feito um documento do género, com um plano de atividades de um orçamento inicial na ordem dos dezoito milhões de euros, foi feita a primeira revisão em alta, que na sua opinião não deveria ter sido feita da forma como foi, para vinte e dois milhões de euros e agora com o presente documento, é feito um estudo comparativo com o primeiro orçamento, que nada tinha a ver, porque o que contava era o orçamento após a revisão orçamental, que eram os vinte e dois milhões, e não o que era dito na página um do documento que tem um valor superior a três milhões e cinquenta e nove mil euros em relação ao orçamento inicial.....

Sugeriu que o que deveria ser dito era que se fazia uma redução do montante entre os vinte e três milhões e os vinte e os vinte e dois milhões, uma redução para menos na ordem de um milhão de euros.....

Solicitou que fosse bem explicado o documento, relativamente à primeira revisão orçamental em que é que tinha ficado, porque era comparado com o primeiro orçamento, foi feita uma revisão orçamental dos dezoito milhões para os vinte e dois milhões, como foi referido, em alta, o que não deveria ter sido feito, e agora era feita uma redução no orçamento, em relação à primeira revisão orçamental de cerca de um milhão.

Reiterou que se estava a fazer uma revisão orçamental com uma característica que não se lembrava alguma vez de ter sido feita, que foi aumentar de forma expressiva a despesa corrente e reduzir de forma expressiva a despesa de capital, que para si em termos de gestão deveria ser uma preocupação porque revelava que não se teve o investimento que se deveria ter, mas existia o aumento da despesa corrente que nunca se previa ter, uma aumento de quatrocentos e quarenta mil euros, em relação ao



Oliveira do Bairro câmara municipal

anterior orçamento, resultante da primeira revisão orçamental.....

Referiu que certamente já tinha sido dado a conhecer os motivos do acerto da despesa de capital, porque um milhão de despesa de capital não executada, transportava para uma taxa de execução muito abaixo do inicialmente previsto. Recordou que na última reunião de Câmara, tinha tido o cuidado de dizer que tinha dúvidas que a taxa de execução andasse longe do previsto e que se cifraria nos 40%, estando muito aquém de realizar toda a despesa de realizar até ao final do ano, com todos os constrangimentos que iriam se apresentados.

Afirmou que se passava a vida a anunciar obras, contudo na realidade e na sua execução era reduzido o investimento de uma forma significativa, contrariando o que era dito em relação ao que se fazia. ...

Referiu ainda que junta à documentação entregue deveria haver um quadro resumo, à semelhança do que acontecia nas outras revisões orçamentais, que permitia uma análise muito mais direta.

O **Vereador Rui Santos**, referiu que o essencial tinha sido dito pelo Vereador António Mota, sublinhando o aumento da despesa corrente e a diminuição de despesa de capital e todas as implicações que isso possa ter.

Reportando-se à despesa corrente, disse ficar preocupado em relação à qualidade dessa despesa em que 90% é despesa com pessoal e aquisição de bens e serviços.....

O **Vice-Presidente da Câmara**, reportando-se à intervenção do Vereador Rui Santos disse que entendia a preocupação, contudo esclareceu que a despesa corrente advinha da necessidade que o Município tinha de prestar serviços de qualidade às pessoas, serviços que requerem meios humanos e atividades que custam dinheiro, acrescentando que o Município carece de recursos humanos, o que fará com que essa despesa possa aumentar.

Sobre a redução da despesa de capital, disse que não o preocupava substancialmente porque tinha noção das obras que estavam para arrancar, havendo algumas delas que arrancariam ainda no corrente ano, sendo que com algum atraso em relação ao previsto, mas o que era importante era que iriam ter obras no Concelho e aí a despesa de capital no próximo ano aumentaria.....

Quanto à questão mais formal, levantada pelo Vereador António Mota, referiu que tinha informação dos serviços que os documentos estavam corretamente elaborados e que eram os necessários à apresentação em reunião de Câmara.....

Solicitou que se havia algum documento específico em falta que fosse mencionado.

Relativamente à análise da primeira revisão e da segunda revisão e sobre a base em que era feita a análise, disse que para si o mais importante do que calcular, era que tinha havido uma primeira revisão, depois houve uma segunda revisão e os valores que foram apresentados é que eram os valores finais do orçamento, sendo com esses valores que se iria medir a execução final do ano.....

O **Vereador António Mota**, disse que por aquilo que tinha acabado de ouvir, não sabia porque razão



Oliveira do Bairro câmara municipal

no documento era referido que ao valor inicialmente previsto no primeiro orçamento era feita uma redução no valor de três milhões de euros, o que para si era descabido.

Fez referência ao artigo 40.º da Lei 73/2013 dizendo que não iria ser o Vereador a dizer quais os documentos que faltam, porque quem devia dar essa informação, caso verifiquem que efetivamente falta algum documento eram, o Vice-Presidente ou os técnicos da área.....

O **Vice-Presidente da Câmara**, deu a palavra ao técnico responsável da área Dr. Carlos Branquinho, para que esclarecesse a situação.....

O **Técnico da Divisão Financeira Carlos Branquinho**, informou que os mapas não tinham saído diretamente das suas mãos, por ter estado ausente aquando do envio dos mesmos. Deu conhecimento que tinha colocado no sistema todos os valores considerados para a revisão orçamental e sabia que os mapas tinham sido corrigidos e impressos todos aqueles que habitualmente seguiam para as revisões orçamentais. Acrescentou que tinha sido feita a comparação com os mapas anteriores crendo que estariam todos, contudo a proposta final que foi enviado aos Vereadores não tinha passado pelas suas mãos.

Referiu que se efetivamente faltava algum mapa, rapidamente o poderia tirar do sistema informático e fazê-lo chegar à presente reunião.

O **Vereador António Mota**, disse que se recusava vir para uma reunião ouvir o tipo de discurso que tinha acabado de ouvir, quando era colocada uma dúvida relativamente à documentação, se a mesma era acompanhada ou não de acordo com a lei, com os mapas que se referem ao equilíbrio orçamental, como mapas demonstrativos.

Recordou que tinha evocado a lei e com certeza quem elaborava os documentos deveria saber se os mapas constavam ou não do dossier.

Disse não querer correr o risco de chegar à Assembleia Municipal e ser tratado da mesma forma como foi, na última Assembleia Municipal em que se debateu a última revisão orçamental e daí a sua questão. Acrescentou que se houver algum mapa a acrescentar ao dossier, o problema era resolvido em reunião de Câmara, contudo se for verificado que não faltam mapas tanto melhor.

O **Vice-Presidente da Câmara**, interrompeu os trabalhos por cinco minutos, de forma a verificar todo o dossier.

Decorridos que foram os 5 minutos de interrupção dos trabalhos, os mesmos foram retomados.

O **Vice-Presidente da Câmara**, informou que tinham sido entregues aos Vereadores os documentos em falta no dossier da segunda revisão ao orçamento e assim sendo, estavam reunidas as condições para o documento ser votado.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por maioria com as Abstenções dos Vereadores António Mota, Helena Soares e Rui Santos, o seguinte:.....



Oliveira do Bairro câmara municipal

1.º – Subscrever a proposta da 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e 2.ª Revisão ao Orçamento de 2019, nos exatos termos exarados na Informação/Proposta n.º 111 – Mandato 2017/2021 do Presidente da Câmara, datada de 4 de novembro de 2019, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais;.....

2.º - Remeter a referida proposta à Assembleia Municipal com vista à competente aprovação nos termos da alínea a) do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.....
Pelo **Vereador António Mota**, foi apresentada uma declaração de voto verbal, informando que a mesma constava na sua intervenção.....

PONTO 2 - INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 112 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – PERU (PROGRAMA DE REABILITAÇÃO URBANA) – ARU (ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA) DA VILA DO TROVISCAL – PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÕES URBANAS.

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e os Vereadores António Mota e Rui Santos.

O **Vice-Presidente da Câmara**, esclareceu que se tratava da demolição da casa da professora Rosalina, local onde iria ser feita a requalificação daquela zona, sendo uma melhoria significativa para a rua Jaime Pato que iria ter outra visibilidade.

Acrescentou que também era um troço perigoso, a casa em questão ficava muito junto à estrada e em deficitário estado de conservação e nesse sentido o Concelho tem a ganhar com a presente intervenção.

O **Vereador António Mota**, solicitou que após a execução das obras em questão fossem apresentados os reais custos da intervenção, porque da leitura que fez da informação, lhe parecia que havia valores muito aquém dos custos reais das obras necessárias para a execução do previsto. Louvou a iniciativa que iria permitir sanar constrangimentos de tráfego naquela zona.

O **Vereador Rui Santos**, louvou as iniciativas do género que vêm no sentido de resolver problemas, contudo afirmou que para poder aprovar a presente proposta teria que ter muito mais informação que aquela que foi dada.

Referiu que deveria existir uma informação ou parecer da Junta de Freguesia em questão, a acompanhar a informação prestada. Acrescentou que na informação era feita a referência a um estudo técnico, mas não o tinha recebido, apenas recebeu o levantamento topográfico, sendo que esse estudo técnico é que o levaria a votar em consciência a proposta apresentada.

Afirmou que não tinha informação suficiente para avaliar a intervenção, se era para remediar ou melhorar efetivamente e qualificação da zona em questão.....

Questionou se a mudança do cruzeiro estava prevista, se a circulação iria passar a ser de sentido



Oliveira do Bairro câmara municipal

único.

Falou que a intervenção também trazia benefício para a família em questão, contudo não era isso que o preocupava, mas sim a segurança dos transeuntes.

O **Vice-Presidente da Câmara**, informou que o processo estava disponível para consulta, contudo esclareceu que efetivamente a via ia passar a ser de sentido único, o cruzeiro não iria sair do local onde se encontrava, mas iria ganhar-se alguns metros com a intervenção, ficando um cruzamento com bastante espaço, ganhando-se mobilidade e resolvia-se um problema que constituía um perigo. Relativamente ao facto de ser uma benefício para a família, mediante os metros que eram cedidos ao domínio público e segurança rodoviária que ia trazer para o local, na sua opinião o benefício era equilibrado e bom para ambas as partes.

Afirmou que efetivamente as informações que o Vereador Rui Santos referiu poderiam ter sido presentes, contudo estavam ao dispor para consulta dos Vereadores se assim o entendessem.

O **Vereador Rui Santos**, reportando-se ao estacionamento referido na informação, questionou quantos lugares de estacionamento iriam ser criados.

Sobre as informações, disse que tem havido informações mais volumosa, não entendendo porque é que desta vez não tinha sido enviada para consulta.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria com o voto Contra do Vereador Rui Santos, aceitar a cedência a favor do Município de Oliveira do Bairro da parcela de terreno com a área de 879m² para integrar o domínio público municipal, nos termos constantes nos pontos 16 e 17 da Informação/Proposta n.º 112 – Mandato 2017/2021 apresentada pelo Presidente da Câmara datada de 4 de novembro, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, devendo ser assinado o competente contrato de cedência com os proprietários dos prédios artigos U-467, U-2786 e R-8824 da freguesia da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa, do Concelho de Oliveira do Bairro.

O **Vereador Rui Santos**, apresentou declaração de voto verbal, dizendo que votava contra porque não tinha tido acesso a informação suficiente para poder avaliar a qualidade da intervenção a realizar, bem como da salvaguarda do bem público na referida intervenção.

PONTO 3 – INFORMAÇÃO – PRESTADA PELO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA – PROJETO DE REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:

1.º - Subscrever o projeto de “Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Oliveira do Bairro”, ao abrigo do n.º 1 do artigo 6.º da Lei 33/98 de 18 de julho, na redação dada pelo Decreto-Lei 32/2019, de 4 de março, nos precisos termos do documento apresentado em anexo à Informação, datada de 4 de novembro de 2019, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais;



Oliveira do Bairro câmara municipal

2.º - Submeter o sobredito Projeto de Regulamento à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos e ao abrigo do artigo 6.º da Lei 33/98 de 18 de julho, na redação dada pelo Decreto-Lei 32/2019, de 4 de março.....

PONTO 4 - INFORMAÇÃO PROPOSTA - MANDATO 2017/2021 – PRESTADA PELO VICE PRESIDENTE DA CÂMARA – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;.....

1.º - Aprovar e subscrever a proposta de alteração do Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbano do Município de Oliveira do Bairro, anexa à Informação/Proposta – Mandato 2017/2021 do Vice-Presidente da Câmara datada de 04 de novembro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

2.º - Submeter à aprovação da Assembleia Municipal, por força da conjugação do disposto na alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º e alínea g), do número 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.....

PONTO 5 – INFORMAÇÃO PROPOSTA N.º 183|GAP – PRESTADA PELO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO E A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DA BAIRRADA – ACIB

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e os Vereadores António Mota e Rui Santos.

O **Vice-Presidente da Câmara**, esclareceu que se pretendia protocolo o que vinha sendo feito já há alguns anos, em que o Município contratava pontualmente por serviço e por uma questão de transparência e de regras de contratação pública, entendeu-se protocolar e regulamentar a relação existente entre o Município e a ACIB.

Acrescentou que o que estava em causa era a cedência das instalações do Município à ACIB e os mesmos prestarem serviços no âmbito do desenvolvimento económico do Concelho e de prestação de apoio às PME e restantes empresas do Concelho.

O **Vereador Rui Santos**, disse nada ter a opor em relação ao que estava patente no protocolo, contudo mais uma vez, um documento do género deveria vir acompanhado de um parecer jurídico, porque estavam em causa uma série de questões que poderiam criar problemas desnecessários.

Reportando-se às questões que lhe causavam dúvidas, quanto à manutenção das partes comuns, referidas no protocolo, disse que as mesmas não eram definidas, sobre o número de horas prestadas à Câmara Municipal, questionou se as mesmas não forem gastas na totalidade, se haveria algum tipo de compensação, questionou ainda se os cinco mil euros previstos no início do protocolo para



Oliveira do Bairro câmara municipal

aquisição de equipamentos se era aplicável em todos as renovações, referiu ainda que estava prevista a revalidação do apoio pelo gestor do processo e que o valor de vinte mil euros era já pago na assinatura do protocolo, havendo por isso alguma contradição, solicitando esclarecimento.

Referiu que as questões por si apresentadas, se tivessem passado pelo filtro de um jurista estariam sanadas, de forma a evitar situações constrangedoras no futuro.

O **Vereador António Mota**, disse concordar com o que tinha sido dito pelo Vereador Rui Santos, verificando mesmo que em algumas iniciativas a envolvimento da ACIB não tem sido tão ativa, como era esperado, aguardando que com a assinatura do protocolo essa situação mudasse.....

Disse que se referia concretamente à questão das zonas industriais e da Expo Bairrada que na sua opinião deveriam ser parceiros com o Município no âmbito da organização do evento, esperando que o presente protocolo não seja mais uma forma de dar continuidade aquilo que tem vindo a acontecer, sendo visível a participação da ACIB, com todo o empenho possível, sabendo que há limitações em termos económicos para a associação, para estar presente em tudo, contudo esperava que o apoio financeiro inicial de cinco mil euros e posteriormente a comparticipação dos vinte mil euros, possam trazer uma mais valia e uma outra envolvimento na ACIB.

Recordou que havia muitas situações em discussão em reunião de Câmara, em que era dito que a ACIB poderia ser parceira e até há data, isso não se verifica, e todos sabiam qual era a participação da ACIB nas iniciativas da Câmara, sabendo também que essas participações em grande parte eram comparticipadas.

Disse esperar que para além dos valores referidos no presente protocolo, não venham a surgir outras situações de protocolos adicionais com a ACIB em iniciativas da Câmara.

Solicitou que o gestor do processo fornecesse um relatório semestral, do que foi feito e do que não foi feito.

Afirmou que continuava a ver um grande afastamento entre a ACIB e a Câmara Municipal.

O **Vice-Presidente da Câmara**, esclareceu que o valor dos cinco mil euros era um valor a atribuir inicialmente e não por cada renovação, relativamente às questões elencadas pelo Vereador Rui Santos disse que iriam perceber de que forma os mesmos poderiam ser resolvidos.

Afirmou que o protocolo vinha de acordo com o que tinha sido referido pelo Vereador António Mota, concordando que se tem notado algum afastamento e a celebração do presente protocolo tinha como objetivo voltar a cimentar a relação entre a ACIB e a Câmara Municipal, sendo assim parceiros e em conjunto contribuir para o desenvolvimento económico do Concelho e para a realização de uma série de atividades.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;.....

1.º - Estabelecer Protocolo de Colaboração entre o Município de Oliveira do Bairro e a Associação Comercial e Industrial da Bairrada – ACIB, nos termos da Informação/Proposta, n.º 183/GAP, prestada



Oliveira do Bairro câmara municipal

pelo Gabinete de Apoio à Presidência, datada de 04 de novembro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

2.º - Aprovar a Minuta do respetivo Protocolo de Colaboração, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

3.º - Designar o Técnico Superior Dr. Carlos Branquinho como gestor do contrato, para efeitos do disposto do n.º 1 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

PONTO 6 - INFORMAÇÃO TÉCNICA N.º 112.2019|DPGU – DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA – PARECER SOBRE PATRIMÓNIO AZULEJAR E DECISÃO SOBRE OBRA DE DEMOLIÇÃO DE EDIFÍCIO (PO 690G/14)

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;

1.º - Revogar a deliberação da reunião de Câmara de 12 de setembro de 2019, referente ao ponto 32 da respetiva Ordem de Trabalhos;

2.º - Preservar os azulejos através da sua remoção e reserva face ao seu valor histórico, no âmbito do pedido de demolição do edifício formulado no processo de obras 690G/14, nos termos da Informação Técnica n.º 112.2019 da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, datada de 24 de outubro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

3.º - Deferir o licenciamento de obras de demolição do edifício, sob condição do requerente proceder à retirada e reserva dos azulejos e sua entrega no banco de azulejos do Porto ou Lisboa.

PONTO 7 - INFORMAÇÃO TÉCNICA N.º 117.2019|DPGU – DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA – PROCESSO DE OBRAS 99/06 – REVOGAÇÃO DE DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DE CÂMARA DE 12.09.2019 E DECISÃO SOBRE A DISPENSA DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e o Vereador António Mota.....

O **Vice-Presidente da Câmara**, informou que se tratava de uma correção à deliberação tida em reunião anterior, nomeadamente no que diz à identificação do lote.

O **Vereador António Mota**, solicitou que houvesse mais cuidado nas informações quer eram prestadas, de forma a não terem que andar sempre a fazer correções.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;.....

1.º - Revogar a deliberação da reunião de Câmara de 12 de setembro de 2019, referente ao ponto 31 da respetiva Ordem de Trabalhos;.....

2.º - Aprovar a dispensa do cumprimento do número de lugares de estacionamento, previstos no n.º 1 do artigo 107.º do Regulamento do PDM dado o seu enquadramento na alínea a) do n.º 5 do artigo



Oliveira do Bairro câmara municipal

107.º do mesmo diploma, nos termos da Informação Técnica n.º 117.2019 da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística datada de 30 de outubro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.....

PONTO 8 – INFORMAÇÃO TÉCNICA 123.2019|DPGU PRESTADA PELA DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA – PROPOSTA DA DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO PARA O SOLO URBANIZAVEL / ESPAÇO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS CONFINANTE COM A ZONA INDUSTRIAL DE VILA VERDE (ZIVV) – APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA E DA VERSÃO FINAL DA UNIDADE DE EXECUÇÃO

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e os Vereadores António Mota e Rui Santos.

O Vice-Presidente da Câmara, tratava-se do relatório final, que era trazido para sua análise e votação, da delimitação da unidade de execução, exatamente nos mesmos termos em que foi aprovada a versão inicial.....

O Vereador Rui Santos, lamentou o facto de não ter havido participação na discussão pública do documento, devendo fazer questionar a todos, porque razão isso não acontece, nomeadamente em decisões tão importantes para o Município. Lamentou também o facto de não terem sido tomadas em atenção as sugestões feitas, pelo Vereador António Mota em reunião de Câmara, na altura da apresentação do documento, relativamente à dimensão dos lotes.

Disse que olhando para a fotografia aérea da zona industrial, ficava perfeitamente claro, vendo as três empresas lá instaladas, pode-se verificar que se se pretendia ter mais empresas com essas dimensões, não tinham resposta para as mesmas devido à dimensão dos lotes.....

Recordou que na altura, tinha referido que se deveria ter a noção do que se tinha para se poder vender e daquilo que se pretende crescer, tendo dado o exemplo de uma empresa que se encontra instalada no Casarão, não cabia nos novos lotes da zona industrial de Vila Verde. Afirmou que a repartição de lotes, com as dimensões que têm, mesmo atendendo há possibilidade de se unirem lotes, podendo ficar inviabilizada essa situação se for adquirido um lote no meio, para si não tinha sido uma boa divisão.....

Referiu ainda que o facto de se estar a infraestruturar todos os lotes e posteriormente os mesmos poderem ser unificados, era dinheiro que se estava a desperdiçar com as obras, sendo despesa e investimento que ia por água abaixo.

No que diz respeito aos terrenos que faltavam adquirir, nas grandes opções do plano, era referido 1/3 dos terrenos, questionou qual era a estratégia do Município para essas aquisições.

Sobre a promoção da zona industrial da Palhaça, que também já estava a decorrer, questionou o que



Oliveira do Bairro câmara municipal

estava a ser feito e se se estava a promover no sentido de convencer potenciais compradores, das mais valias das zonas industriais do Concelho, devendo justificar muito bem, porque se estava a vender os terrenos mais caros, em relação aos Concelho vizinhos.

Acrescentou que se tinha bons argumentos para vender mais caro, nomeadamente o relatório apresentado pela Vereadora Lília Ana Águas, na última reunião, demonstrando que o Concelho tinha capacidades para fixar casais e famílias, dando qualidade de vida, com serviços de saúde, educação, apoio à terceira idade, deslocação para os locais de trabalho em pouco mais de meia hora, com fáceis acessos, facilidade em requalificar recursos humanos, devido à proximidade de duas universidades, um conjunto de fatores que podem ser evidenciados.

Afirmou que se deveria apostar fortemente na promoção e divulgação dos lotes, que se assim não for corresse o risco de daqui a dois anos, ainda se ter os lotes para vender.

O **Vereador António Mota**, disse que tinha a mesma posição do Vereador Rui Santos, e tinha alguma saudade de um homem que nas reuniões de Câmara dizia que tinha que se pensar em grande, Dr. Acílio Gala.

Referiu que tem ido ao local e do que via era algo enfadonho, e com o argumento de que os investidores podiam comprar vários lotes e unificá-los para terem a dimensão que necessitam, também com facilidade a Câmara alterava um loteamento e reduzia uma área, transformando-a em lotes mais pequenos. Acrescentou que com o traçado apresentado, apenas serviria para empresas familiares e pouco mais.

Disse que não tinham considerado em nada qualquer comentário dos Vereadores, contudo deveriam ter tido o cuidado de englobar algo diferente no projeto.

Questionou como era possível os técnicos responsáveis pelo projeto darem uma área, que era o maior lote da zona industrial, para zona de equipamento público, quando não conseguiram apresentar ao Executivo ideias sobre os terrenos em frente ao espaço mais nobre do Concelho em termos de exposições que era o Espaço Inovação, permitindo a aquisição daquela área por um industrial do Concelho. Acrescentou que os técnicos estariam mais interessados na rentabilidade da apresentação de um projeto e perspetivando a execução desse projeto de equipamento público, para mais umas dezenas de milhares de euros de honorários, lamentando que nem uma zona para estacionamento em frente ao Espaço Inovação.

Questionou como é que a Câmara permitia que arquitetos e técnicos façam um trabalho do género e não olhem para o espaço nobre e permitam que o mesmo seja adquirido por um particular, uma zona classificada para não construção, que poderia ser um espaço de estacionamento, de jardins em frente ao edifício do Espaço Inovação, sendo terrenos baratos e onde a Câmara Municipal poderia fazer uma obra de grande dimensão e isso era pensar grande.

Disse que o nó da autoestrada naquela zona serviria para zonas industriais de grande dimensão e



Oliveira do Bairro câmara municipal

não para zonas industriais com lotes tão reduzidos, que não incentivam ao investimento de industriais. Questionou se os potenciais candidatos a adquirir lotes, nesta fase podiam fazer algumas reservas há Câmara Municipal, porque sabe de potenciais interessados que pretendiam ver o desenho para pensarem nas suas vidas.....

Afirmou que a Câmara deveria aceitar as propostas e acautelar potenciais investidores que a médio/curto prazo pretendam uma área significativa, precavendo que não haja um investidor que compre um lote no meio e depois já não era possível a agregação de lotes.

Referiu que deveria haver três zonas bem definidas no projeto, de grande, média e pequena dimensão e se a zona de grande dimensão não se vendesse, transformava-se a mesma em média ou pequena dimensão. Disse esperar que na zona industrial da Palhaça o projeto seja diferente do agora apresentado.....

Lamentou o facto de não terem ouvido a oposição, afirmando que não valia a pena fazerem a apresentação dos projetos e trazerem os técnicos, se depois não têm em conta as sugestões dos Vereadores.

Reportando-se novamente ao nó da autoestrada, disse que se fosse um dos decisores da abertura do mesmo ou não, ao verificar a dimensão das zonas industriais envolventes, apurava que eram de pequenas e médias empresas e não precisariam de um nó de autoestrada no local.....

O **Vice-Presidente da Câmara**, quanto à dimensão dos lotes, disse que já se tinha falado do assunto em reunião de Câmara e efetivamente havia a possibilidade de agregar os mesmos. Deu conhecimento que já havia contactos com possíveis interessados que pretendem adquirir mais do que um lote para a implantação de uma empresa de maior dimensão, e caso se venha a concretizar era isso que iria acontecer, não sendo por isso o desenho atual que estava a impedir que os empresários comprem os lotes.

Disse que o desenho que tinham encontrado para uma candidatura há alguns anos atrás, era muito próximo do desenho atual, ou seja, na altura o princípio também seria o mesmo.

Relativamente à questão dos terrenos por adquirir, esclareceu que ao abrigo da presente unidade de execução, se seguiria para a posse administrativa dos terrenos, porque o investimento não pode parar, porque alguns proprietários se recusam vender os seus terrenos. Acrescentou que o que estava por adquirir eram alguns lotes, por alguma dificuldade burocrática, e outros pelo facto dos proprietários terem manifestado a recusa em vender e nesses casos o município vai adquirir os mesmos por posse administrativa e o projeto vai seguir conforme o proposto.

No que respeita à promoção, disse que não fazia ainda muito sentido, porque ainda não têm os lotes prontos para vender, após o trabalho executado aí sim se fará a divulgação, sem prejuízo de que a mensagem já estar a passar e já há alguns contactos informais, sendo também todo o gosto em receber cartas de reserva não no sentido formal, mas para irem percebendo das intenções dos



Oliveira do Bairro câmara municipal

empresários e ir jogando com a definição dos lotes.

Reportando-se ao espaço em frente ao Espaço Inovação, esclareceu que o mesmo estava classificado como espaço agrícola, não entendendo porque é que essa questão foi agora levantada, quando tinha sido aprovada para espaço agrícola no ano de 2015, aquando da revisão de PDM e depois disse, houve mais dois anos de Executivo anterior e ninguém tinha tido a preocupação de querer comprar o terreno em causa.

Afirmou que a opção do atual Executivo foi de expandir para onde a classificação do PDM permitia, e aquele espaço, sendo de proprietários privados depois o futuro o dirá.

O **Vereador António Mota**, disse que o espaço em frente ao Espaço Inovação, como era do conhecimento, tinha uma língua classificada como reserva ecológica que foi retirada com a revisão do PDM, sendo uma das preocupações. Acrescentou que naquele espaço de reserva, nada inviabilizava uma desafetação para que a Câmara Municipal fizesse os devidos estacionamento e um grande espaço de jardinagem criando uma zona nobre, falando num arranjo urbanístico com dignidade.

Referiu que a partir do momento em que a Câmara Municipal declare interesse público, a reserva agrícola não impede ninguém de não desafetar e poderia ser uma forma de reservar o espaço e não fomentar aos seus proprietários a venda. Acrescentou que o atual Executivo tinha deixado fazer aos proprietários do terreno, venderem ao preço que quisessem.

Afirmou que tinha sido uma falha de gestão do atual Executivo, dirigindo os parabéns ao Grupo Tavares por ter adquirido o terreno, podendo mesmo fazer um estacionamento privativo. Alertou que o Executivo pensasse nos crimes que foram executados, porque o loteamento não o permitia e o Executivo deixou executar, e os acidentes começavam a aparecer.

Acrescentou que foi permitido pelo atual Executivo, aos técnicos colocarem no maior lote da unidade de execução uma área destinada a equipamento público, quando têm um Espaço Inovação onde podem ter lá tudo.

O **Vice-Presidente da Câmara**, sobre a questão dos terrenos, disse que o futuro o dirá.

Solicitou ao Vereador António Mota, que se especificasse quanto aos crimes que estavam a ser feitos na zona industrial de Vila Verde.

O **Vereador António Mota**, disse que antes da entrada na rotunda de quem vinha de Malhapão, em altura de grandes chuvas, encontra-se uma piscina no local porque existe uma rede de águas pluviais que não funcionava, e a Câmara não tem tido a preocupação de limpar essa rede que entope com o lixo que se encontra na estrada. Acrescentou que os industriais que têm lá as suas empresas, não eram obrigados a limpar as sargetas.

Questionou qual era orientação da saída dos lotes da zona industrial de Vila Verde, em termos de loteamento, como estavam definidas as regras e olhando para a zona industrial que se verifique se o



Oliveira do Bairro câmara municipal

que se estava lá a passar estava correto.
Solicitou que os crimes referidos, fossem tratados, para que não acuse o Vice-Presidente de não querer saber dos problemas.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Aprovar o Relatório de Ponderação da delimitação da unidade de Execução para o Solo Urbanizável / Espaço de Atividades Económicas confinante com a Zona Industrial de Vila Verde (ZIVV), apenso à Informação Técnica n.º 123.2019|DPGU, datada de 04 de novembro de 2019, que aqui se dá aqui por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;.....

2.º - Aprovar a versão final da “Delimitação da Unidade de Execução para o Solo Urbanizável / Espaço de Atividades Económicas confinante com a Zona Industrial de Vila Verde (ZIVV)”, conforme estabelecido nos artigos 147.º e 148.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, apensa à sobredita Informação Técnica.
.....
.....

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA: Foi presente o **Resumo Diário da Tesouraria** referente ao dia 6 de novembro do ano de 2019, do qual constam os seguintes dados e valores:.....

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS: 1.993.550 Euros e 31 Cêntimos

DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: 737.470 Euros e 49 Cêntimos

TOTAL DAS DISPONIBILIDADES: 2.731.020 Euros e 80 Cêntimos
.....
.....

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, eram dezasseis horas e quinze minutos, tendo as deliberações sido aprovadas em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Câmara Municipal, por mim, Sílvia Rosa da Silva Oliveira, Assistente Técnica, que a redigi e pelos demais presentes que o desejem fazer.

Jorge Ferreira Pato

Sílvia Rosa da Silva Oliveira



Oliveira do Bairro câmara municipal

Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas

Susana Maria da Silva Martins

António Augusto Marques Mota

Maria Helena Simões da Rocha Soares

Rui Jorge Marques Santos